



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639959 - RS (2021/0011883-3)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : ANTENOR COLOMBO NETO  
**ADVOGADO** : ANTENOR COLOMBO NETO - RS072874  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ALAN CARLOS DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALAN CARLOS DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70084867035).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006.

O impetrante sustenta que haveria excesso de prazo na prisão preventiva, pois o paciente estaria segregado desde 05/05/2020.

Pondera que a quantidade de droga apreendida seria ínfima, o que caracterizaria apenas o consumo pessoal de entorpecentes.

Aduz que a prisão em flagrante teria sido convertida em preventiva de ofício, sem a provocação do Ministério Público.

Considera que não estariam presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar, que poderia ser substituída pelas medidas previstas no art. 319 da Lei Penal Adjética.

Requer, liminarmente e no mérito, a colocação do paciente em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

*“Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”*

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o magistrado singular consignou que (e-STJ fls. 161/162):

*"A prisão preventiva está regulada no Código de Processo Penal em seu art. 312. Neste dispositivo de lei, restou disciplinado que, para possibilitar o decreto de segregação cautelar, necessário que estejam presentes os seguintes pressupostos: prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria. Mais do que isso, determinou o legislador que a medida somente será apropriada quando necessária para algum dos seguintes objetivos: garantia da ordem pública ou da ordem econômica, conveniência da instrução criminal, ou mesmo segurança para a aplicação da lei penal.*

*Os indícios relativos à materialidade delitiva e à autoria atribuída ao flagrado encontram-se presentes na hipótese, diante do registro de ocorrência policial, em que foi informado que ele estava na posse de três mudas de maconha, além da quantidade fracionada da mesma droga e de crack e do valor em dinheiro apreendido.*

*Além disso, o fato de o flagrado ter tentado dispensar o celular, jogando-o para casas vizinhas, demonstra que se trata de indivíduo com invulgar ousadia, que objetiva evitar a aplicação da lei penal.*

*Diante dos dados em exame verifico que a conversão em prisão preventiva do acusado é estritamente necessária. Em que pese a garantia constitucional da presunção de inocência, interpreto a situação em exame como necessidade de manutenção da ordem pública."*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência